

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Resultado líquido do exercício		2.100.120	786.532
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido		4.266	1.146
Efeitos fiscais	(1.706)	(1.706)	(458)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(32.527)	(32.527)	67.352
Efeitos fiscais	13.265	13.265	(26.941)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	(29.994)	74.516
Componentes do resultado abrangente		(46.696)	115.615
Resultado abrangente do exercício		2.053.424	902.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	25.304.208	23.044.446
Resgate de aplicações financeiras	18.348.071	14.676.138
Recebimento de juros de aplicações financeiras	680.757	461.464
Outros recebimentos operacionais	160.498	9.706
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(19.912.035)	(19.102.768)
Pagamento de comissões	(1.742.838)	(1.415.636)
Pagamento de pessoal	(649.499)	(618.482)
Pagamentos de serviços de terceiros	(336.166)	(266.775)
Pagamento de tributos	(693.488)	(321.080)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(137.249)	(126.174)
Pagamento de aluguel	—	(50)
Pagamento de promoção/publicidade	(61.163)	(62.686)
Aplicações financeiras	(19.973.531)	(16.373.784)
Outros pagamentos operacionais	(496.832)	(305.939)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	490.733	(401.620)
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	4.851	712
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.224	115.040
Outros recebimentos das atividades de investimento	—	527.974
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(34.755)	(21.885)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(114.697)	(102.764)
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(1.795)	(53.400)
Outros pagamentos das atividades de investimento	(10)	(1.406)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(145.182)	464.271
Integralização de capital em dinheiro	—	90.000
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(5.700)	(3.143)
Pagamento de amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(11.807)	(26.104)
Pagamento de participação nos resultados	(349.077)	(106.798)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(366.584)	(46.045)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(21.033)	16.606
Caixa - Saldo inicial	26.778	10.172
Caixa - Saldo final	5.745	26.778
Ativos livres no início do período	1.378.863	859.842
Ativos livres no final do período	1.398.391	2.000.831
Aumento (redução) nas aplicações financeiras - Recursos livres	(19.528)	1.140.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, Centro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como acionista principal a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or), sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede no Estado de São Paulo e que detém 47,59% de participação direta e 52,41% indireta, através da Traditio Companhia de Seguros (TRADITIO), a Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgada, em 10/03/2025, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **1.1. Compra de participação na Sul América Holding de Investimentos S.A. (SAHIN):** Em 01/11/2023, a Companhia assinou o contrato e concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da GNI55 SP Empreendimentos Imobiliários S.A., detida pela Rede D'Or São Luiz S.A., pelo valor contábil de R\$ 100,00 (cem reais). Em 03/11/2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária as principais alterações a seguir: a denominação social da GNI55 SP Empreendimentos Imobiliários S.A. para Sul América Holding de Investimentos S.A. (SAHIN); o seu objeto social que passa a ser a participação exclusiva, como acionista ou quotista, em quaisquer sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e o aumento do capital social em R\$ 162.142 mediante o aporte das ações que a Companhia detinha na Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMLI). **1.2. Incorporação da Integrale Negócios e Serviços S.A. (INTEGRALE):** Em 30/06/2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta INTEGRALE pela Companhia, cujo Laudo de Avaliação foi elaborado com base nas demonstrações financeiras da INTEGRALE na data-base de 31/05/2023. Em 28/08/2023, a ANS aprovou o pedido de autorização para incorporação da INTEGRALE pela Companhia. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado ao valor contábil na data-base de 19/09/2023:

	19/09/2023
Ativo	10.756
Circulante	215
Disponível	10.541
Realizável	4.138
Aplicações financeiras	4.138
Aplicações livres	6.347
Créditos tributários e previdenciários	56
Bens e títulos a receber	1.700
Não circulante	1.700
Realizável a longo prazo	1.687
Créditos tributários e previdenciários	13
Depósitos judiciais e fiscais	12.456
Total do ativo	19/09/2023
Passivo	306
Circulante	256
Provisões	256
Provisões para IR e CSLL	50
Débitos diversos	14
Não circulante	14
Provisões	14
Provisões para ações judiciais	14
Total do passivo	320

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 528, de 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. O pronunciamento CPC 50 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi adotado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidas (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registradas na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 108 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as

indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente aloáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*).

3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados ao valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **3.2.2. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "custo amortizado" são classificados como "Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA" e contabilizados pelo valor de mercado. Os rendimentos auferidos no período são reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento. **3.5. Redução ao valor recuperável: 3.5.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **3.5.1.1. Redução ao valor recuperável de recebíveis:** A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. A provisão para perdas é constituída com base na probabilidade individual de perda de cada valor a receber, garantindo que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente o valor recuperável dos ativos. A Companhia monitora continuamente o risco de crédito de seus clientes e ajusta a provisão para perdas conforme necessário. A utilização de uma agência de crédito externa como ferramenta de análise de risco de crédito permite uma avaliação mais precisa da probabilidade de inadimplência, contribuindo para a adequada constituição da provisão para perdas. **3.5.2. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2024 e 2023, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. **3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.7.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método *pro-rata* die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.7.2. Provisão de sinistro a liquidar (PSL):** Processos administrativos: PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,79% ao ano (10,65% em 2023), baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.7.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (*Incurred But Not Reported*), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNR (*Incurred But Not Paid*), subtraído da PSL. Para apurar o IBNR, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. **3.7.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurador titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.8. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Seguindo a exigência da Resolução Normativa nº 528/2022, foi realizado o Teste de Adequação de Passivo (TAP), na data-base de 2024, utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros, considerando todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábu BR-EMS 2021 e para as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para as modalidades (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas, o resultado do TAP demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do TAP apresentou insuficiência de R\$ 2.576.960 (R\$ 2.464.205 em 2023), sendo compensada pela suficiência mensurada nas demais modalidades. **3.9. Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.9.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e do grau de risco (provável, possível ou remoto), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, ossuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a

individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,79% ao ano (10,65% em 2023). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.9.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões para ações judiciais"; no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegitimidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições"; no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.10. Dividendos:** Os dividendos não reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.11. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 11); e • Provisões para ações judiciais (nota 14). **3.12. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.12.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: • Alterações ao CPC 26 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante - Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2024 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • CPC 50 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da ANS. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (*Enterprise Risk Management - ERM*) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **Quantificação dos riscos:** Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de identificação e quantificação são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. O programa de gestão de riscos da Sul América está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliem no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Sul América. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos da Companhia. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região Sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2024, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios retidos de R\$ 27.507.238 (R\$ 24.348.677 em 2023), compreendidas nas seguintes proporções:

	Representatividade	
	2024	2023
UF		
SP	62,67%	60,72%
RJ	16,43%	17,00%
BA	5,07%	4,91%
PE	5,52%	5,88%
DF	2,69%	2,54%
MG	2,28%	2,35%
PR	1,78%	1,90%
Outros	3,56%	4,70%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas e descritas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem ser materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização da rede de prestadores de serviço, programas



SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ 01.685.053/0001-56

de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas.

Análise de sensibilidade em Saúde: As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

	Impacto antes dos impostos	Impacto após impostos
2024		
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(1.134.239)	(680.543)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(56.773)	(34.064)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(75.774)	(45.465)
Redução de 5% na sinistralidade	1.134.239	680.543
Redução de 5% nas despesas administrativas	56.773	34.064
Redução de 5% nos custos de aquisição	75.774	45.465

	Impacto antes dos impostos	Impacto após impostos
2023		
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(1.058.381)	(635.028)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(21.369)	(12.821)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(69.361)	(41.617)
Redução de 5% na sinistralidade	1.058.381	635.028
Redução de 5% nas despesas administrativas	21.369	12.821
Redução de 5% nos custos de aquisição	69.361	41.617

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de

aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor do resultado realizado.

4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas.

4.3. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é

executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Investimentos. A área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. De acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizados Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro dos limites estabelecidos. Os resultados obtidos para o período de VaR e Teste de Estresse podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2024 e 2023:

Indexador	2024	2023
SELIC/CDI	8.741.568	7.365.652
IPCA	742.153	492.578
IGPM	361.871	52.779
Pré-Fixado	30.841	35.617
Ações	5.095	9.356
Outros (a)	4.393	2.496
Total	9.885.921	7.958.478

(a) A categoria "Outros" é composta, basicamente, por fundos de investimento de renda fixa.

4.3.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. São realizadas projeções de caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2024 e 2023.

Descrição	2024					2023													
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda contábil	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda contábil			
Instrumentos financeiros																			
Aplicações financeiras	6.472.706	1.007.137	1.183.983	541.998	567.739	151.545	9.925.108	9.885.921 (39.187)	9.885.921	4.968.343	901.122	744.547	1.244.257	107.419	811	7.966.499	7.958.478 (8.021)	7.958.478	
Valor justo por meio do resultado	6.472.706	734.690	1.055.415	10.122	-	-	-8.272.933	8.273.916	983	4.968.343	174.472	483.503	466.333	-	-	-6.092.651	6.093.193	542	6.093.193
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	272.447	128.568	531.876	567.739	151.545	1.652.175	1.612.005 (40.170)	1.612.005	-	726.650	261.044	777.924	107.419	811	1.873.848	1.865.285 (8.563)	1.865.285	
Refinanciamento fiscal - REFS	-	253	-	292	-	-	545	-	545	-	1.084	236	264	-	-	1.584	-	1.584	
Prêmios a receber (a)	-	333.135	-	-	-	-	333.135	-	333.135	-	344.324	-	-	-	-	344.324	-	344.324	
Provisões técnicas	-	7898.982	739.011	50.131	69.554	28.018	-	-	8.785.696	-	6.126.524	372.245	40.716	37.575	11.308	-	-	6.588.368	

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.4. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1.1).

4.4.1. Alocação dos investimentos: A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2024 81,91% (83,09% em 2023) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2024	2023
Renda fixa público "risco soberano"	6.314.935	4.737.918
AAA	1.782.827	1.874.912
AA+ até AA-	7.710	20.856
Outros	1.780.449	1.324.792
Total	9.885.921	7.958.478

AAA refere-se à categoria com o menor grau de risco e AA- a categoria com maior grau de riscos.

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação. Como exigências, a política engloba definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece e descreve limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco.

Ramos	2024	2023
Saúde	95.931	88.313
Total	95.931	88.313

Classe	Categoria de risco (a)	Exposição	%	Exposição	%
Local	Nível 1	95.931	100,00%	88.313	100,00%
Total		95.931	100,00%	88.313	100,00%

(a) Nível 1 refere-se à categoria com o menor grau de risco e Nível 5 à categoria com maior grau de risco.

4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia. Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações às leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital baseado em riscos, avaliação da necessidade de capital frente aos riscos assumidos pela Companhia e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Dessa forma, a Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital baseado em riscos (CBR). Na data-base 31/12/2024 e 2023, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao CBR.

Descrição	2024	2023 (Reapresentado) (*)
Patrimônio líquido	10.119.686	8.945.467
Deduções		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial	(3.268.477)	(2.784.814)
Créditos tributários	(146.440)	(281.484)
Despesas de comercialização diferida	(1.715.237)	(1.439.189)
Despesas antecipadas	(176.764)	(77.809)
Intangível	(301.247)	(289.565)
Patrimônio mínimo ajustado	4.511.559	4.072.606
Capital Baseado em Risco	2.953.216	3.364.485
Suficiência	1.558.343	708.121

(*) Em função de entendimentos efetuados junto ao regulador na apuração do CBR, a solvência apresentada referente a 31/12/2023 sofreu um ajuste de - 48,6% em relação ao apresentado na Demonstração Financeira divulgada anteriormente. Tal impacto é proveniente de um aumento de R\$ 669,1 milhões no CBR devido a não utilização dos fatores reduzidos no cálculo do risco de

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - privados	1.282.233	1.283.329	507.159	507.208		1.790.537
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	741.858	741.858	-	-	102,68%CDI	741.858
Debêntures	-	-	7.228	7.269	CDI+1,77%a.a.	7.269
Pós-fixado CDI +	-	-	15.703	15.145	124,33%CDI	15.145
Pós-fixado CDI %	-	-	109.259	98.514	5,84%IGP-M	98.514
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI +	-	-	266.499	277.109	CDI+2,23%a.a.	277.109
Pós-fixado CDI %	540.375	541.471	77.185	77.400	109,38%CDI	618.871
Notas promissórias	-	-	31.285	31.771	-	31.771
Títulos de renda fixa - públicos	518.007	517.882	1.145.017	1.104.797		1.622.679
Letras financeiras do tesouro	518.007	517.882	68.446	68.445	SELIC	586.327
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	762.199	742.153	IPCA+6,09%a.a.	742.153
Série F - Pré-fixado	-	-	33.869	30.841	8,79%a.a.	30.841
Série C - IGP-M	-	-	280.503	263.358	IGPM+5,35%a.a.	263.358
Cotas de fundos de investimentos	6.472.705	6.472.705	-	-		6.472.705
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	6.459.615	6.459.615	-	-	-	6.459.615
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas	13.097	13.097	-	-	-	13.097
Outros	(7)	(7)	-	-	-	(7)
Subtotal	8.272.945	8.273.916	1.652.176	1.612.005		9.885.921
Percentual total - contábil		83,69%		16,31%		100,00%
Total						9.885.921
Circulante						9.885.921

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - privados	657.105	657.902	1.222.377	1.222.616		1.880.518
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	174.472	174.472	-	-	103,65%CDI	174.472
Debêntures	-	-	128.445	129.340	CDI+1,4%a.a.	129.340
Pós-fixado CDI +	-	-	68.673	68.495	116,05%CDI	68.495
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI +	-	-	383.582	387.178	CDI+2,15%a.a.	387.178
Pós-fixado CDI %	482.633	483.430	606.882	602.798	113,81%CDI	1.086.228
Notas promissórias	-	-	34.795	34.805	-	34.805
Títulos de renda fixa - públicos	467.203	466.948	651.471	642.669		1.109.617
Letras financeiras do tesouro	467.203	466.948	61.710	61.694	SELIC	528.642
Letras do Tesouro Nacional						
Pré-fixado	-	-	2.174	2.168	7,96%a.a.	2.168
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	497.747	492.578	IPCA+4,53%a.a.	492.578
Série F - Pré-fixado	-	-	34.128	33.450	8,83%a.a.	33.450
Série C - IGP-M	-	-	55.712	52.779	IGPM+4,39%a.a.	52.779
Títulos de renda variável						
Ações	-	-	111	111	-	111
Valor recuperável	-	-	(111)	(111)	-	(111)
Cotas de fundos de investimentos	4.968.343	4.968.343	-	-		4.968.343
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	4.942.862	4.942.862	-	-	-	4.942.862
Operações compromissadas	10.015	10.015	-	-	-	10.015
Outros	(9)	(9)	-	-	-	(9)
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	15.475	15.475	-	-	-	15.475
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	-	-	-	-	-	-
Subtotal	6.092.651	6.093.193	1.873.848	1.865.285		7.958.478
Percentual total - contábil		76,56%		23,44%		100,00%
Total						7.958.478
Circulante						7.958.478

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

5.2. Movimentação das aplicações

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ 01.685.053/0001-56

os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Ativos Financeiros	2024		Total
	Nível 1	Nível 2	
Valor justo por meio do resultado	517.882	7.756.034	8.273.916
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.104.797	507.208	1.612.005
Total	1.622.679	8.263.242	9.885.921

Ativos Financeiros	2023		Total
	Nível 1	Nível 2	
Valor justo por meio do resultado	466.948	5.626.245	6.093.193
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	642.669	1.222.616	1.865.285
Total	1.109.617	6.848.861	7.958.478

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde:
6.1. Movimentação de prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

Saldo em 01/01/2023	Redução ao valor recuperável		Total
	Prêmios	Total	
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	24.409.910	(157.281)	24.252.629
Recebimentos/ reversão	(24.092.228)	76.279	(24.015.949)
Saldo em 31/12/2023	1.319.045	(753.236)	565.809

Saldo em 31/12/2023	Redução ao valor recuperável		Total
	Prêmios	Total	
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	27.585.928	(221.574)	27.364.354
Recebimento/ reversão	(27.398.682)	59.323	(27.339.359)
Saldo em 31/12/2024	1.506.291	(915.487)	590.804

6.1.1. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2024		2023
	2024	2023	
A vencer			
A vencer entre 1 e 30 dias	320.631	335.004	
A vencer entre 31 e 60 dias	4.388	308	
A vencer entre 61 e 180 dias	12.508	12.509	
Total	337.527	347.821	

Total	Redução ao valor recuperável		Total
	Prêmios	Total	
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	27.585.928	(221.574)	27.364.354
Recebimento/ reversão	(27.398.682)	59.323	(27.339.359)
Saldo em 31/12/2024	1.506.291	(915.487)	590.804

6.1.1. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2024		2023
	2024	2023	
A vencer			
Vencidos entre 1 e 30 dias	231.085	184.147	
Vencidos entre 31 e 60 dias	34.065	37.145	
Vencidos entre 61 e 180 dias	77.795	68.002	
Vencidos entre 181 e 365 dias	95.092	67.828	
Vencidos acima de 365 dias	730.727	614.102	
Total	1.168.764	971.224	

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **6.2. Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde:** O saldo em 31/12/2024 de R\$ 919.592 (R\$ 425.215 em 2023) refere-se, principalmente, ao direito da Companhia sobre o risco de parte de sua carteira repassado às suas controladas Paraná Clínicas e Sul América Seguradora de Saúde. **7. Despesas de comercialização diferidas:** Em 31/12/2024, a Companhia possui despesas de comercialização diferidas de R\$ 1.715.237 (R\$ 1.439.189 em 2023), sendo R\$ 553.580 e R\$ 1.161.657 no circulante e não circulante, respectivamente (R\$ 446.891 e R\$ 992.298 em 2023). As carteiras são separadas por Empresarial, PME, Adesão e Odonto. Os estudos referentes às curvas de diferimento são atualizados uma vez por ano e são aplicados no ano subsequente. **8. Créditos e débitos tributários e previdenciários diferidos:** **8.1. Créditos e débitos tributários:**

Descrição	2024		2023
	2024	2023	
Créditos tributários e previdenciários			
Impostos a compensar/ recuperar (nota 8.2)	536.817	404.687	
PIS e COFINS sobre IBNR (nota 8.3)	339.004	260.552	
Total	875.821	665.239	

Descrição	2024		2023
	2024	2023	
Créditos tributários e previdenciários			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	275.066	183.295	
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	167.757	134.036	
Programa de Integração Social - PIS	11.479	10.522	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	69.803	64.011	
Outros	12.712	12.823	
Total	536.817	404.687	

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários. Em decorrência desta disputa judicial a Companhia reconheceu benefícios econômicos, provenientes da recomposição dos resultados fiscais passados, deduzidos das importâncias correspondentes a atualização de depósitos judiciais, objeto de correção pela SELIC. O valor atualizado destes créditos perfaz a soma de R\$ 152.500. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) Circular nº 09/2021. **8.2. Tributos a compensar/recuperar:**

Descrição	2024		2023
	2024	2023	
Créditos tributários e previdenciários			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	275.066	183.295	
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	167.757	134.036	
Programa de Integração Social - PIS	11.479	10.522	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	69.803	64.011	
Outros	12.712	12.823	
Total	536.817	404.687	

8.3. Movimentação dos tributos diferidos: As tabelas abaixo demonstram os tributos diferidos e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Prejuízos fiscais	193.307	(20.999)	172.308
Base negativa de contribuição social	120.743	(11.728)	109.015
Provisão para perda em investimentos	1.012	-	1.012
Provisão para contingências e obrigações fiscais	452.286	145.797	598.083
Redução ao valor recuperável de créditos	176.093	7.053	183.146
Provisões indedutíveis	7.299	(1.176)	6.123
Participações nos lucros	603	(603)	-
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	3.505	-	(458)
Perda com ajuste a valor justo	29.845	-	(26.941)
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2))	10.705	7.598	18.303
Apropriação AVP (CPC 06 (R2))	3.596	959	4.555
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	185.978	74.574	260.552
Total de ativo fiscal diferido	1.184.972	201.475	(10.434)

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Passivo			
Atualização de depósitos judiciais	(241)	(17)	(258)
Arrendamento (CPC 06 (R2))	(12.948)	(7.616)	(20.564)
Total do passivo diferido	(13.189)	(7.633)	(20.822)

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Prejuízos fiscais	172.308	(80.036)	92.272
Base negativa de contribuição social	109.015	(54.391)	54.624
Provisão para perda em investimentos	1,012	-	1,012
Provisão para contingências e obrigações fiscais	598.083	54.880	652.963
Redução ao valor recuperável de créditos	183.146	37.650	220.796
Provisões indedutíveis	23.088	(4.467)	18.621
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	3,047	-	(1,706)
Perda com ajuste a valor justo	2,904	-	(13,266)
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2))	18,303	(12,251)	6,052

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Apropriação AVP (CPC 06 (R2))	4.555	(1.755)	2.800
Outros (a)	-	32.010	32.010
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	260.552	78.452	339.004
Total de ativo fiscal diferido	1.376.013	50.092	11.560

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Passivo			
Atualização de depósitos judiciais	(258)	(28)	(286)
Arrendamento (CPC 06 (R2))	(20.564)	12.371	(8.193)
Total do passivo fiscal diferido	(20.822)	12.343	-

(a) A linha de Outros é composta pelo ativo diferido de IRPJ sobre o PAT. Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

(a) A linha de Outros é composta pelo ativo diferido de IRPJ sobre o PAT. Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

(a) A linha de Outros é composta pelo ativo diferido de IRPJ sobre o PAT. Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

(a) A linha de Outros é composta pelo ativo diferido de IRPJ sobre o PAT. Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

(a) A linha de Outros é composta pelo ativo diferido de IRPJ sobre o PAT. Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

(a) A linha de Outros é composta pelo ativo diferido de IRPJ sobre o PAT. Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

Descrição	Benefícios (despesas) resultados		Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023	
Ativo			
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.355.191	62.345	1.417.536
Efeito patrimonial líquido	-	-11.560	-11.560

Ano	Imposto de renda		Contribuição social
	2025	100%	
2025			

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. As bases e os impostos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por provisão para desvalorização de outras aplicações em 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base		Ativo fiscal diferido não reconhecido
	2024	2023	
Prejuízo fiscal	4.239	-	1.060
Diferenças temporárias - CSLL	19.495	-	2.924
Total	23.734	-	3.984

Descrição	Base		Ativo fiscal diferido não reconhecido
	2024	2023	
9. Bens e títulos a receber:			
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	168.756	57.625	
Recursos bloqueados (Nota 13.1)	5.435	933	
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde (a)	739.577	468.934	
Depósitos judiciais	6.3		

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ 01.685.053/0001-56

11.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2024	2023
Provisões técnicas de seguros	8.785.696	6.588.368
(-) Depósitos judiciais	85.535	48.223
(-) PPCNG (a)	678.773	603.943
(-) Créditos a receber de contratos de seguro e resseguro	37.923	38.187
(-) Ressarcimento ao SUS	16.617	11.834
Montante a ser garantido	7.966.848	5.886.181
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	5.471.602	3.597.340
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	23.423	34.712
Cotas de Fundos Especialmente Constituídos	-	-
Títulos de renda fixa - públicos	1.612.543	1.093.823
Títulos de renda fixa - privados	1.385.707	1.880.518
Imóveis Líquidos de Depreciação	-	-
Depósitos Judiciais	-	-
Ressarcimento ao SUS (Parcelamento aprovado pela ANS)	-	-
IRB - Conta Movimento - Dólar	-	-
Depósitos Especiais no IRB	-	-
Direitos Creditórios	-	-
Total de ativos	8.493.275	6.606.393
Ativos vinculados em excesso	526.427	720.212

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015.

12. Partes relacionadas: 12.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2024	2023	2024	2023
Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora indireta	Rede D'Or São Luiz S.A.	1.821	1.181	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (d) (f) (g)	Ligada	Sul América Holding de Investimentos S.A.	171	248	280	265
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (d) (f) (g)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	798	581	342	324
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e) (f) (k)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2.930	6.212	2.644	1.015
Traditio Companhia de Seguros (a) (c) (f)	Controlada direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	18	221.906	-
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (c) (i) (n)	Controlada indireta	Sul América Serviços de Saúde S.A.	367.534	-	137.071	135
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a) (c)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	9.636	16.934	1	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	100.545	56.519	16.428	-
Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3.999	5.141	-	-
Rio's Participação S.A. (nova denominação da Rio's Capitalização S.A.) (c)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	1
Sul América Holding de Investimentos S.A. (a)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	15.389	560	-	-
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a) (c) (f) (n)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	410.193	199.540	243.557	140.385
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (c) (d) (i) (j)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	77	186	21.222	10.238
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda. (i) (l)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	-	327	-	314
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (s) (h)	Coligada	Outros	-	-	12.025	12.944
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (b) (d) (i) (j) (q) (t) (o) (p)	Controlada direta	Outros	578.069	369.796	1.343.913	1.022.002
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (m)	Outros	Outros	42	28	47	55
Total			1.491.204	657.271	1.999.436	1.187.678

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (f) (g)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	42	(3.964)	(3.232)
Sul América Gestora de Recursos S.A. (d) (f) (g)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	32	(4.845)	(3.950)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (e) (f) (k)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	243	(16.058)	(12.631)
Traditio Companhia de Seguros (d) (f)	Controlada direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	3	-	-
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (i) (n)	Controlada indireta	Sul América Serviços de Saúde S.A.	767.709	-	(1.000.191)	(1.894)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (f) (j)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	48	(1.523)	(1.572)
Sul América Odontológico S.A. (d) (f)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	90	-	-
Rio's Participação S.A. (nova denominação da Rio's Capitalização S.A.) (d)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1	-	-	-
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (f) (n)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.132.582	1.023.720	(1.463.241)	(1.250.102)
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (d) (i) (j) (m)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	500	1.059	(70.723)	(26.993)
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda. (i) (l)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	91	2.672	-	(18.280)
Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (j) (m)	Coligada	Outros	1.918	4.765	-	-
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (h) (s)	Coligada	Outros	-	-	(363.544)	(344.396)
Rede D'Or São Luiz S.A. (i) (l) (q) (r)	Controlada direta	Outros	32.588	15.142	(5.895.865)	(4.561.816)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (d) (l) (m)	Outros	Outros	1.658	1.920	(6.074)	(1.214)
Total			1.937.049	1.049.736	(8.826.028)	(6.226.080)

(a) Valor referente aos dividendos e aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente à adiantamento ao prestador por serviços de saúde; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do grupo; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente a 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente ao pró-labore do produto adesão junto à Administradora de benefícios; (i) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (j) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia contratado junto as empresas do grupo; (k) Valor referente a operação de seguro-viagem adquirido pela Companhia; (l) Valor referente ao seguro saúde e vida dos funcionários da Companhia contratado junto a empresas do grupo; (m) Valores referentes à operações de seguros entre as companhias e pessoal-chave da Administração e familiares; (n) Transfêrencia de risco referente à operação de seguros entre as companhias; (o) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options); (p) Valor referente aos serviços de TI intermediado pela Rede D'Or; (q) Valor referente às provisões judiciais de processos civis/contratuais de saúde; (r) Valor referente ao seguro saúde do produto adesão junto a administradora de benefícios; (s) Valor referente à comercialização de seguro saúde; e (t) Valor referente à prestação de serviço das obras nas Unidades Call Center, Alameda, Assets e Sede Pinheiros pagas pela Rede D'Or. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2024	2023	2024	2023
SAHIN	1.224	-	-	-
REDE D'OR	-	-	134.980	-
TRADITIO	-	-	214.093	106.798
SANTA CRUZ	-	104.262	-	-
SULAMED	-	32.645	-	-
SAGA	-	276	-	-
Total	1.224	137.183	349.073	106.798

12.2. Remuneração da Administração: A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Descrição	2024	2023
Contas a pagar	(32.502)	(15.518)
Benefícios de curto prazo a administradores	(18.118)	(15.449)
Benefícios pós-emprego	(77)	(69)
Incentivo em ações	(14.307)	-
Descrição	2024	2023
Despesa	54.035	53.908
Benefícios de curto prazo a administradores	39.745	54.249
Benefícios pós-emprego	(17)	(341)
Incentivo em ações	14.307	-

13. Compromissos e ônus a liquidar: 13.1. Recursos bloqueados: Em 31/12/2024, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$ 5.435 (R\$ 933 em 2023) registrados na rubrica "Bens e títulos a receber", no ativo circulante e R\$ 38.412 (R\$ 41.288 em 2023) registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo não circulante. 14. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2024 e 2023, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 14.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2024	2023
Fiscais:		
COFINS	520.642	497.763
PIS	153.137	154.488
Contribuição social	6.023	49.115
Imposto de renda	92.619	169.679
Outros	9.684	9.239
Subtotal	781.947	880.284
Previdenciárias:		
INSS	64.990	61.869
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	4.844	3.814

Descrição	2024		2023	
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Ações cíveis	10.838	541	905	8.331
Total	10.838	541	905	8.331
Circulante	1.125	-	-	1.100
Não circulante	9.713	-	-	7.231

14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2023		Atualização monetária		Pagamentos/ baixas		Saldo em 31/12/2023	
	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:
Cíveis (a)	560.775	388.317	169.096	(220.029)	-	-	898.159	898.159
Outros	38.279	22.556	4.909	(24.307)	-	-	41.437	41.437
Subtotal	599.054	410.873	174.005	(244.336)	-	-	939.596	939.596
Circulante	170.923	-	-	-	-	-	215.108	215.108
Não circulante	428.131	-	-	-	-	-	724.488	724.488
Tributárias: (a)								
PIS	85.208	-	4.267	-	-	-	89.475	89.475
COFINS	374.973	-	19.926	-	-	-	394.899	394.899
IRPJ	76.857	-	4.669	-	-	-	81.526	81.526
CSLL	821	1.800	26	-	-	-	2.647	2.647
INSS	45.489	-	2.265	(2.199)	-	-	45.555	45.555
Outras ações tributárias	18.644	-	509	-	-	-	19.153	19.153
Honorários	17.522	882	924	(1.205)	-	-	18.123	18.123
Subtotal	619.514	2.682	32.586	(3.404)	-	-	651.378	651.378
Não circulante	619.514	-	-	-	-	-	651.378	651.378
Total	1.229.406	414.096	207.496	(251.693)	-	-	1.599.305	1.599.305
Circulante	172.048	-	-	-	-	-	216.208	216.208
Não circulante	1.057.358	-	-	-	-	-	1.383.097	1.383.097

Descrição	Saldo em 31/12/2023		Atualização monetária		Pagamentos/ baixas		Saldo em 31/12/2024	
	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:	Trabalhistas:	Cíveis e Outros:
Cíveis (a)	898.159	367.742	86.942	(342.394)	-	-	1.010.449	1.010.449
Outros	41.437	28.571	855	(24.126)	-	-	46.737	46.737
Subtotal	939.596	396.313	87.797	(366.520)	-	-	1.057.186	1.057.186
Circulante	215.108	-	-	-	-	-	214.619	214.619
Não circulante	724.488	-	-	-	-	-	842.567	842.567
Tributárias: (a)								
PIS	89.475	-	3.519	-	-	-	92.994	92.994
COFINS	394.899	-	16.430	-	-	-	411.329	411.329
IRPJ	81.526	-	3.850	-	-	-	85.376	85.376
CSLL	2.647	-	30	-	-	-	2.677	2.677
INSS	45.555	-	1.836	-	-	-	47.391	47.391
Outras ações tributárias	19.153	-	420	-	-	-	19.573	19.573
Honorários	18.123	419	857	(936)	-	-	18.463	18.463
Subtotal	651.378	419	26.942	(936)	-	-	677.803	677.803
Não circulante	651.378	-	-	-	-	-	677.803	677.803
Total	1.599.305	398.115	114.873	(370.344)	-	-	1.741.949	1.741.949
Circulante	216.208	-	-	-	-	-	215.018	215.018
Não circulante	1.383.097	-	-	-	-	-	1.526.931	1.526.931

(a) Em 31/12/2024, o montante de R\$ 95.715 refere-se a honorários sucumbenciais (R\$ 85.355 em 2023). 14.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2024 e 2023, são: COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização de apólices de seguros. Em junho de 2018, o pleno do STF julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmada a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia passou a depositar e provisionar, a partir de junho de 2009, somente os valores referentes à receita de sua atividade de seguro. Os citados depósitos foram realizados até junho de 2014, quando a Companhia interrompeu os depósitos judiciais e começou a realizar o seu pagamento. Atualmente, os valores referentes à majoração de 1% sobre as receitas

provenientes das atividades de seguros estão totalmente provisionados. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para a COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo realizado depósitos judiciais até dezembro de 2019. PIS: A Companhia questionava a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Em junho/2008, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recol

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ 01.685.053/0001-56

60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$ 20.491, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente. No passivo circulante, as obrigações fiscais no montante de R\$ 253 (R\$ 1.059 em 2023) estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher", sendo certo que com o encerramento do parcelamento das multas aplicadas pela ANS e outras obrigações cíveis, não apresenta mais saldo no ano de 2024 (R\$ 25 em 2023) na rubrica "Débitos diversos". No passivo não circulante, o parcelamento das multas aplicadas pela ANS e outras obrigações cíveis não possui mais saldo registrado em 31/12/2024 (R\$ 236 em 2023). **16. Débitos diversos:**

Descrição	2024	2023
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	425.000	-
Depósitos de terceiros	106.519	149.634
Honorários a pagar	7.142	6.969
Outras obrigações com pessoal	146.817	133.840
Fornecedores	40.149	40.197
Compromisso mobiliário	64.020	54.118
Arrendamento	48.311	54.167
Débitos Intergrupo	86.484	20.481
Outros débitos a pagar	52.843	94.203
Total	977.285	553.609
Circulante	882.727	448.623
Não circulante	94.558	104.986

Os saldos dos depósitos de beneficiários e de terceiros são apresentados a seguir de acordo com a distribuição por idade.

Descrição	Prêmio direto	Prêmio direto
De 01 a 30 dias	37.527	94.339
De 31 a 60 dias	11.761	8.426
De 61 a 120 dias	15.622	13.485
De 121 a 180 dias	10.886	9.409
De 181 a 365 dias	26.940	21.466
Acima de 365 dias	3.783	2.509
Total	106.519	149.634

17. Patrimônio líquido: 17.1. **Capital social:** Em 31/12/2024, o capital social da Companhia é de R\$ 6.582.968 (R\$ 6.523.977 em 2023), representado por ações 148.306.164 (147.519.579 em 2023), sendo 105.277.670 ações ordinárias (104.962.255 em 2023) e 43.028.494 ações preferenciais (42.557.324 em 2023), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Adicionalmente em 31/12/2024 e em 2023, a Companhia possui 20.659.939 ações em tesouraria, sendo 14.172.669 ações ordinárias e 6.487.270 ações preferenciais. Em 30/01/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 14.204, com a emissão de 143.149 novas ações ordinárias e 58.040 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 70,60 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/11/2022, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.082.730 para R\$ 6.096.934. Em 30/03/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.024, com a emissão de 95.219 novas ações ordinárias e 38.607 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 67,43 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, parte em moeda corrente nacional e parte com a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.105.958 para R\$ 6.115.907. Em 31/07/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 18.136, com a emissão de 186.681 novas ações ordinárias e 75.690 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 69,12 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/05/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.105.958 para R\$ 6.115.907. Em 31/07/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 18.136, com a emissão de 186.681 novas ações ordinárias e 75.690 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 69,12 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/05/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.105.958 para R\$ 6.115.907. Em 31/07/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 60.000, com a emissão de 617.605 novas ações ordinárias e 250.410 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 69,12 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/06/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.194.043 para R\$ 6.238.977. Em 30/11/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 285.000, com a emissão de 2.873.505 novas ações ordinárias e 1.165.073 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 70,57 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/10/2023, sendo: (i) 1.725.154 novas ações ordinárias e 593.105 novas ações preferenciais, todas subscritas e integralizadas parte em moeda corrente nacional e parte mediante a utilização de parte do crédito relativo aos juros sobre capital próprio, neste ato, pela acionista TRADITIO; e (ii) 1.148.351 novas ações ordinárias e 571.968 novas ações preferenciais, todas subscritas e integralizadas mediante a utilização de parte do crédito relativo aos juros sobre capital próprio, neste ato, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.238.977 para R\$ 6.523.977. Em 27/06/2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 18.064, com a emissão de 174.232 novas ações ordinárias e 70.643 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 73,77 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/05/2024, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.523.977 para R\$ 6.542.041. Em 31/07/2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 18.136, com a emissão de 80.541 novas ações ordinárias e 161.082 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 75,06 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/06/2024, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.560.177 para R\$ 6.578.313. Em 30/10/2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.133, com a emissão de 118.160 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 77,30 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/09/2024, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$ 6.578.313 para R\$ 6.587.446.

17.2. Reserva de capital: Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de sociedades nas quais a Companhia ou suas controladas já detém o controle. **17.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **17.4. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. **17.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **17.6. Dividendos:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. Em 30/01/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 30.000, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2021, sendo R\$ 0,24 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,27 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 30/01/2023. Em 30/03/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 19.024, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2022, sendo R\$ 0,15 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,17 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 30/03/2023. Em 28/04/2023, os acionistas aprovaram

em Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2022, no montante de R\$ 115.405 e R\$ 346.214 para distribuição de dividendos complementares, aos quais foram imputados parte dos dividendos intermediários declarados pelo Conselho de Administração em 24/10/2022 e os juros sobre capital próprio líquidos declarados pelo mesmo Conselho, em reunião realizada em 22/12/2022, não havendo, desta forma, saldo de dividendo a pagar. Em 30/06/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 20.950, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2022, sendo R\$ 0,17 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,19 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 30/06/2023. Em 31/07/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 38.136, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2022, sendo R\$ 0,31 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,34 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 31/07/2023. Em 31/08/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 94.935, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2022, sendo R\$ 0,76 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,83 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 31/08/2023. Em 30/11/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 300.000, sendo R\$ 2,38 (em reais) por ação ordinária e R\$ 2,61 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 30/11/2023. Em 30/04/2024, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2023, no montante de R\$ 165.446 e R\$ 292.599 para distribuição de dividendos complementares, aos quais foram imputados os dividendos intermediários declarados pela Diretoria em 30/01/2023, 30/03/2023, 30/06/2023, 31/07/2023 e 31/08/2023 e os juros sobre capital próprio líquidos declarados pela mesma Diretoria, em reunião realizada em 30/11/2023, não havendo, desta forma, saldo de dividendo a pagar. Em 10/05/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 150.130, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 1,15 (em reais) por ação ordinária e R\$ 1,27 (em reais) por ação preferencial. Em 10/07/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 36.535, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,28 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,31 (em reais) por ação preferencial. Em 18/07/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 60.890, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,47 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,51 (em reais) por ação preferencial. Em 22/07/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$10.590, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,08 (em reais) por ação ordinária e R\$0,09 (em reais) por ação preferencial. Em 31/07/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 38.136, com base no saldo das reservas de lucros da

18.2. Sinistros conhecidos ou avisados:

Descrição	Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Total
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Consultas	(87.135)	(34.392)	(1.737.004)	(346.292)	(2.204.823)
Exames	(121.234)	(24.306)	(2.315.074)	(57.607)	(2.518.221)
Terapias	(18.208)	(4.273)	(225.612)	(91.891)	(339.984)
Internações	(1.098.100)	(47.067)	(8.701.340)	(377.927)	(10.224.434)
Procedimentos odontológicos	-	-	(211.865)	(1.489)	(213.354)
Demais Despesas	(31.518)	(3.497)	(460.583)	(13.389)	(508.987)
Outros atendimentos	(431.363)	(58.105)	(4.064.762)	(758.563)	(5.312.793)
Subtotal	(1.787.558)	(171.640)	(17.716.240)	(1.647.158)	(21.322.596)
SUS					(15.699)
Total					(21.338.295)

Descrição	Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Total
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Consultas	(86.844)	(44.563)	(1.583.582)	(415.890)	(2.130.879)
Exames	(122.795)	(47.260)	(2.250.800)	(258.313)	(2.679.168)
Terapias	(46.087)	(7.185)	(389.709)	(125.850)	(568.831)
Internações	(996.442)	(47.307)	(7.935.819)	(414.442)	(9.394.010)
Procedimentos odontológicos	-	-	(154.516)	(2.455)	(156.971)
Demais Despesas	(40.252)	(2.400)	(241.669)	(5.281)	(289.602)
Outros atendimentos	(343.013)	(79.782)	(3.164.744)	(728.227)	(4.315.766)
Subtotal	(1.635.433)	(228.497)	(15.720.839)	(1.950.458)	(19.535.227)
SUS					(10.732)
Total					(19.545.959)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998.

18.3. Outras despesas operacionais:

Descrição	2024	2023
Despesas com operações de seguros	(13.503)	(4.624)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros (a)	(368.455)	(406.191)
Serviços técnicos de seguros (Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(216.563)	(163.988)
Despesas com cobrança de seguros	(50.843)	(64.825)
Outros	(17.310)	(24.791)
Total	(702.119)	(705.925)

(a) A Administração da Companhia, após análise da base de demandas judiciais cíveis relacionadas a operação saúde em que a Companhia figura no polo passivo, entendeu pela mudança do critério de provisionamento das ações relativas ao tema reajuste de prêmios. De acordo com o critério anterior as ações eram provisionadas após decisão em segunda instância e passaram a ser provisionadas a partir da citação, por média, baseada na experiência de pagamento de principal dos últimos em casos similares.

18.4. Despesas de comercialização:

Descrição	2024	2023
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios	(1.237.707)	(1.108.322)
Sobre agenciamento	(678.276)	(440.008)
Variação de despesas de comercializações diferidas	258.036	53.043
Total	(1.657.947)	(1.495.287)

18.5. Despesas administrativas:

Descrição	2024	2023
Pessoal próprio	(525.423)	(589.678)
Incentivos em ações	(14.307)	-
Serviços de terceiros	(283.416)	(236.554)
Localização e funcionamento	(150.419)	(159.305)
Publicidade e propagação	(36.285)	(41.924)
Despesas com tributos	(6.080)	30.487
Outras	(51.589)	(41.450)
Total	(1.067.519)	(1,038,424)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2024	2023
Remunerações	(267.868)	(309.224)
Encargos sociais	(102.389)	(107.631)
Indenizações e rescisões	(15.531)	(26.202)
Vale alimentação, refeição e transporte	(67.049)	(65.167)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(30.874)	(29.954)
Outros benefícios	(9.664)	(7.400)
Total	(493.375)	(545,578)

18.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	1.015.248	826.237
Valor justo por meio do resultado	785.383	465.881
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	229.865	360.356
Operações de seguros	82.246	75.895
Atual monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(82.372)	(144.007)
Outros	86.375	94.084
Total	1.101.497	852.209

Descrição	2024	2023
Valorização de cotas de fundos de investimentos	8.914	53.126
Títulos de renda fixa - privados	629.383	705.415
Títulos de renda fixa - públicos	409.223	174.340
Operações de seguros	83.430	77.445
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	64.193	78.998
Outras	98.996	112.514
Total	1.294.139	1.201,830

Descrição	2024	2023
Despesas financeiras:		
Operações de seguro	(1.184)	(1.550)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(32.272)	(106.644)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(146.565)	(223.005)
Outras	(12.621)	(18.430)
Total	(192.642)	(349,629)

18.7. Imposto de renda e contribuição social: As despesas com imposto de renda e contribuição social em 31/12/2024 e 2023 são compostas como segue:

Descrição	2024	2023
Diferido:		
Imposto de renda	5.503	73.704
Contribuição social	(21.519)	45.565
Corrente:		
Imposto de renda	(150.090)	(31.816)
Contribuição social	(127.055)	(22,530)
Total	(293,161)	64,923

Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,29 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,32 (em reais) por ação preferencial. Em 28/08/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.481, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,08 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,09 (em reais) por ação preferencial. Em 29/08/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 28.658, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,22 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,24 (em reais) por ação preferencial. Em 16/09/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.445, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,12 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,13 (em reais) por ação preferencial. Em 30/10/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 19.134, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2023, sendo R\$ 0,15 (em reais) por ação ordinária e R\$ 0,16 (em reais) por ação preferencial. Em 16/12/2024, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 500.000, sendo R\$ 3,81 (em reais) por ação ordinária e R\$ 4,19 (em reais) por ação preferencial. **17.7. Distribuição do resultado:**

Descrição	2024	2023
Lucro antes dos impostos e participações	2.459.540	

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ 01.685.053/0001-56

Diretoria: Diretora Presidente: Raquel Reis Correa. **Diretores Vice-Presidentes:** Leonardo Fraga Pacheco e Pablo dos Santos Meneses. **Diretores (as):** Andreia Maldonado Junqueira, Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho, Gustavo Kohn Giometti, Heitor Augusto Pereira Barbosa, Jefferson Klock, Jonas Berbert Pulcheri, Juliano Kiguchi Tomazela, Otávio de Garcia Lazzano, Pedro Henrique Dias da Cruz Loretti Vaz de Almeida, Rafael Pinto Fróes, Raquel Dourado Imbassahy Conrad, Tereza Villas Boas Veloso e Thiago de Carvalho Gomes. **Contadora:** Flávia Vieira Pereira - CRC RJ - 094.933/O-3. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Sul América Companhia de Seguro Saúde**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A

diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O



portal.sulamericaseguros.com.br

IMOBILIÁRIA VITÓRIA S/A
CNPJ Nº. 30.063.754/0001-51

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 12/03/2025, às 10 horas na sede social, Av. Amaral Peixoto, 36, sala 302, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** a) Aprovação dos Balanços de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023; b) Eleição de nova diretoria e Conselho Fiscal; c) Aumento do Capital Social; d) Aprovação da lista dos atuais acionistas e sua participação no Capital Social; e) Assuntos gerais. **Aviso:** Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos referidos no Artigo 133 e seguintes da Lei 6.404/76. Niterói, 26/02/2025. Sebastião Paz de Lizardo Lima - Diretor.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7

EDITAL DE CONVOCACÃO, ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2025. Ficam convocados os Srs. acionistas da **Grupo Salta Educação S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 6 de março de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Deliberar acerca da (i) consignação da renúncia do conselheiro Piero Paolo Picchioni Minardi da qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) eleição de novo membro efetivo e novo membro suplente para o Conselho de Administração da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. Rio de Janeiro/RJ, 26 de fevereiro de 2025. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.
CNPJ/MF nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, em nossa Matriz, à Rua Hugo Aquino nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, em nossa Filial Rio, à Avenida José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco 2, salas 203/204, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, em nossa Filial Recife/PE, à Rua Fernando de Noronha nº 41, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, PE, em nossa Filial Valinhos/SP, à Rua Ezequiel Benedito Silva, nº 77, sala 10, Chácara São Francisco, Valinhos, SP, e na Filial Garanhuns/PE, à Rua Padre Agobar Valença S/Nº - Anexo B, Sala 5, 43 Q UN 78910, LOT DIPER, Dist. Ind. de Garanhuns, Quadra G, Lote 08, Severiano de Moraes Filho, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. São João da Barra, RJ, 26 de fevereiro de 2025. **Hugo Aquino Filho** - Presidente do Conselho de Administração.

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

CNPJ/MF Nº. 33.644.865/0001-40 - NIRE Nº. 33300138820

COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 12 de fevereiro de 2025, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Praça XV de Novembro, 21, Sobrado, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ. **2. PRESENCIA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCACÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a ratificação da nomeação e da contratação da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da ATP - AROUND THE PIÉR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. ("ATP"), a ser incorporada pela Companhia ao seu patrimônio ("Laudo de Avaliação"); (ii) o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da ATP; (iii) o Protocolo e Justificação da ATP, celebrado em 12 de fevereiro de 2025 ("Protocolo e Justificação"); e (iv) a Incorporação da ATP, nos termos e condições do Protocolo e Justificação, autorizando os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à sua efetivação. **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia deliberou aprovar: (i) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (ii) A ratificação da nomeação e da contratação da **A2C CONSULTORES E PERITOS Ltda.**, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo ("CRC/SP") sob o n.º 2SP049741, na pessoa de seu sócio e responsável técnico, o Contador **HÉLIO AURELIO DA SILVA**, com registro no CRC-SP nº 1SP129452/O-3 como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da ATP; (iii) O Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da ATP, com data base 31 de dezembro de 2024; (iv) O Protocolo e Justificação da Incorporação da ATP pela Companhia, celebrado em 12 de fevereiro de 2025, constante no Anexo I à presente ata; e (v) A Incorporação da ATP pela Companhia, nos termos e condições do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da ATP e a sucessão, pela Companhia, de todas os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 224 a 227 da LSA, autorizando os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à sua efetivação. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Rio de Janeiro/RJ, 12 de fevereiro de 2025. **Assinaturas:** Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCERJA nº 00006836496 em 24/02/2025 e Protocolo: 2025/00285417-7 em 19/02/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



JORNAL DIARIO
COMERCIAL
LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>

